

SINDJUS TRATA DOS ABSURDOS DO STM NA CORREGEDORIA DO CNJ

Coordenadores do sindicato explicam detalhes do nocivo processo de militarização e defendem que servidores civis não sejam desvalorizados e desrespeitados

No dia 24 de outubro, os coordenadores do Sindjus Beto Sampaio e Ana Paula Cusinato foram à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça conversar com a juíza Adriana Franco sobre a denúncia feita pelo sindicato a respeito do processo de militarização em curso no Superior Tribunal Militar, que tem trazido uma série de prejuízos aos servidores civis.

O intuito da conversa foi fornecer mais detalhes e provas para que o CNJ possa tomar as devidas providências em relação a diversas ilegalidades, como a ocupação desenfreada de funções comissionadas por militares. Segundo o § 1º do Art. 5º da Lei 11.416/06, Cada órgão destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para as restantes servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem essas carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.

No entanto, a “farra de FCs” que vem ocorrendo no STM, sob a gestão do presidente General Cerqueira Filho, desrespeita a Lei 11.416/06 e qualquer outra legislação que rege os servidores do Poder Judiciário. Isso porque, a atual gestão insiste em administrar o Superior Tribunal Militar com base em Lei das Forças Armadas, que, diga-se de passagem, não se refere em nada ao tribunal em questão.

Tudo para os militares e nada para os civis

Muitos militares que chegaram ao STM como “força tarefa”, mesmo não

sendo do efetivo exercício, ocupam FC 5, uma função que deveria ser destinada aos servidores do quadro. Para completar o cenário gravíssimo, os militares têm direito a “etapa” e não a auxílio alimentação. No entanto, acabam acumulando uma série de benefícios no Superior Tribunal Militar. Recebem Etapa (coisa que não existe no STM), mais FC, mais Reserva Remunerada.

Como chegam ao tribunal na condição de “força tarefa” ganham



no soldo mais 20% e, mesmo assim, ainda ocupam FCs que deveriam ser preenchidas por servidores civis, tanto como forma de valorização da carreira quanto como meio de tornar a gestão mais profissional, uma vez que ninguém melhor do que os servidores efetivos do quadro para conhecerem e administrarem a realidade do tribunal.

Como a legislação não prevê tais absurdos, o coordenador Beto Sampaio procurou a Diretoria de Pessoal, a Secretaria da Presidência e a Diretoria-Geral do STM, mas até agora ninguém soube explicar esse caos,

que tem desmotivado profundamente os servidores civis. Muitos, depois de anos e anos de dedicação, já pensam seriamente em abandonar a carreira.

O Sindjus frisou à juíza que, por meio da Resolução nº 146 (2007), a Administração do STM adaptou de forma totalmente descarada a Lei 11.416/06, colocando parênteses no artigo que trata das funções comissionadas de modo que elas pudessem ser exercidas por “civis e militares”. No entanto, a atual gestão ignora os civis e preenche as funções, principalmente a dos gabinetes de ministros, somente com militares, contrariando a lei.

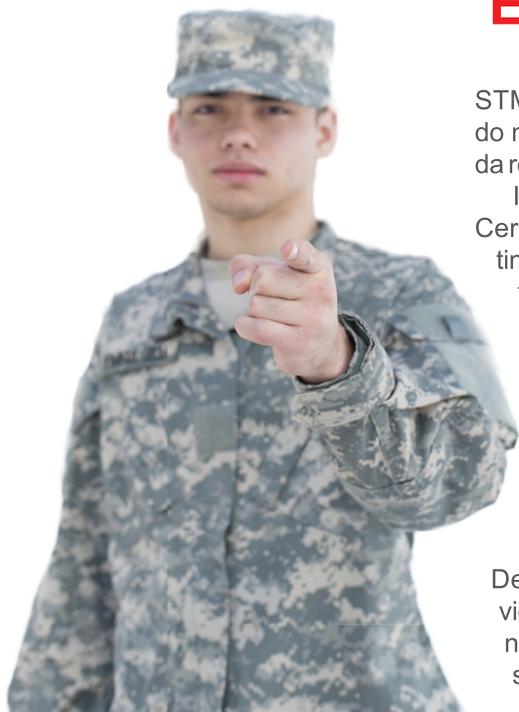
A juíza auxiliar da Corregedoria ouviu atentamente às explanações dos coordenadores sobre esses e outros abusos, como o fato de militares (que não são do efetivo exercício) estarem ocupando apartamentos funcionais.

Atuação continua

Adriana Franco promoveu a juntada das informações e provas levadas pelos coordenadores e apontou caminhos que devem ser seguidos pelo Sindicato para que os fatos sejam apurados e as providências tomadas.

“A conversa na Corregedoria do CNJ foi bastante produtiva. Explicamos de forma detalhada tudo o que tem acontecido no STM, desde a ocupação ilegal das funções até as humilhações sofridas por servidores civis. Tivemos o apoio e o aconselhamento necessário para continuar com essa batalha pela desmilitarização de um tribunal que é parte do Judiciário e não das Forças Armadas. Não vamos desistir enquanto os servidores civis do STM não forem devidamente respeitados e valorizados. Vamos continuar nossa gestão para que o CNJ, com o poder de fiscalizar que lhe compete, possa fazer sua parte”, afirmou Beto Sampaio.

PLAS-STM FAZ FESTA PARA PROMOVER DIRETOR-CORONEL E QUEM PAGA A CONTA É VOCÊ



STM, é uma festa de apresentação do novo diretor do plano, um coronel da reserva.

Isso mesmo! O presidente General Cerqueira Filho autorizou uma “festinha de arromba” para promover a figura do novo diretor, um coronel da reserva, em uma época que o plano passa por uma série de dificuldades financeiras. Tanto que o coronel já foi para todas as Auditorias dizer que ele é o novo diretor e será apresentado oficialmente durante o evento.

Isto é, membros do Conselho Deliberativo do PLAS/JMU e convidados dos STM e dos demais Planos de Saúde do Judiciário e representantes do PLAS/JMU, lotados nas Auditorias e Servidores da Secretaria Executiva do Plano de Saúde da JMU vão ter direito a uma festa paga pelos cofres públicos, no exato momento que os servidores têm encontrado obstáculos e mais obstáculos para conseguir um mísero atendimento relacionado ao plano.

Atenção: Os representantes das Auditorias de fora de Brasília (18 pessoas) terão passagens e diárias

pagas pelo STM.

Detalhes: O evento contará, entre outros, com serviço de copa para lanche (coffe break); garçom de plantão; arranjo de flores para decoração; preparação do Salão de Honra com iluminação; refrigeração e sistema de som; alocação de 60 cadeiras; eletricista e técnico de som; plantão de serviço médico e ambulância; banners e certificados.

Recursos para melhor o plano

No entender do Sindjus, a administração do STM deveria investir esses recursos em melhorias do PLAS-STM, de modo que os servidores tivessem um plano de saúde de qualidade e um atendimento, no mínimo, satisfatório.

Conforme tem feito em outros órgãos, o sindicato estuda reivindicar um cálculo atuarial sobre o PLAS-STM para ter acesso às informações sobre a saúde financeira do plano. Não se pode admitir que um plano que não atende de forma satisfatória seus contribuintes gaste seus recursos com uma festinha de boas-vindas.

Oficialmente, o “1 Encontro do Plano de Saúde da Justiça Militar da União” é um evento que tem por objetivo a troca de informações entre a equipe do PLAS/JMU e representantes do Plano lotados nas Auditorias da Justiça Militar da União. No entanto, o evento que acontecerá, no dia 27 de novembro, entre 14 e 18h, no Salão Nobre do

NÃO PROLONGUE MAIS SEU SOFRIMENTO:

O Sindjus está atento a todos os desmandos que têm ocorrido no STM, mas é fundamental que você procure o sindicato para denunciar discriminações, humilhações, maus-tratos e outras ocorrências que firam sua dignidade profissional e pessoal.

A campanha Contra a Dor e Pela Felicidade, promovida pelo Sindjus, tem o objetivo de combater todas as situações que prejudiquem a saúde física, mental e emocional dos servidores do Judiciário e do MPU em

seus locais de trabalho.

Não pense duas vezes antes de denunciar. Sua identidade será preservada. Além da atuação política e administrativa, o Sindjus oferece assessoria jurídica gratuita aos seus filiados. Portanto, não tenha medo e não prolongue seu sofrimento. A partir de suas informações, nossa atuação será ainda mais forte.

DENUNCIE!



Como denunciar?

Procure algum dos coordenadores, em especial o coordenador Beto Sampaio que é lotado no STM, ou os delegados sindicais.

Email: contraadorepela felicidade@sindjusdf.org.br

Ligue: 3212.2613 (SAF)